



MARCOS ROLIM

\* Jornalista, sociólogo e professor do IPA.

www.rolim.com.br | facebook.com/rolimmarcos | twitter.com/RolimMarcos | marcos@rolim.com.br

# Cúmplice e vagabunda?

*A história de que direitos humanos defendem bandidos é tão primária e de intenções tão óbvias que não deixa de ser impressionante que pessoas razoavelmente informadas se encarreguem de reproduzi-la.*

Para o direito penal, a expressão "cúmplice" indica aquele que contribui para a ocorrência criminal. O cúmplice, assim, é um codelinquente. A palavra "vagabunda", por seu turno, possui pelo menos três sentidos depreciativos: o mais comum é o que denota um comportamento sexual devasso, tido como "indecente" ou "imoral". Não casualmente, a palavra só tem esse sentido no feminino. Um "vagabundo" será sempre aquele que não trabalha propositalmente, porque não afeito ao esforço e à disciplina laboral ou, no sentido empregado pela gíria policial no Brasil, aquele que tem uma vida dedicada ao crime. Vagabundo, assim no masculino, nunca significará um homem que se deita com várias mulheres. Só as mulheres são agredidas a partir deste pressuposto de que seus corpos devam ser policiados e suas vaginas interditadas.

Assinalo isso para comentar uma cena triste e, ao mesmo tempo, significativa. Um grupo de médicos e médicas realizou protesto

em Porto Alegre, manifestando seu repúdio frente ao assassinato cruel de uma colega. Os manifestantes foram ao Palácio Piratini, esperando que seus reclamos fossem ouvidos. O movimento pedia "paz". Então, avistam a deputada federal Maria do Rosário (PT) e passam a chamá-la, em coro, de "cúmplice" (<http://goo.gl/6QhyaF>). A parlamentar, que havia participado de uma reunião, se deparou com o protesto, seguiu seu caminho e até tentou conversar com os manifestantes que continuaram gritando "cúmplice", "cúmplice". Em meio às hostilidades, a chamou de "vagabunda". Em alguns vídeos na Internet, editores mercadores do ódio afirmam que ela foi tentar "tirar uma lasquinha" no protesto, ou seja: tentar se aproveitar da indignação e da dor. Só quem "tirou lasquinha", entretanto, e se aproveitou da dor para fazer política e revigorar a intolerância diante da diferença política e ideológica foram os manifestantes e os inimigos dos Direitos Humanos.

Não eram pessoas sem escolarização. Não eram moradores das periferias mais pobres a quem não se permitiu o acesso às melhores escolas e universidades. Eram médicos e médicas que se julgam no direito de agredir verbalmente alguém que eles não conhecem, mas de quem possuem uma imagem tão distorcida quanto o universo de preconceitos que compartilham. Tenho com a deputada Maria do Rosário diferenças políticas importantes. Saí do PT há muitos anos por entender que ele havia se tornado um partido tradicional e comprometido com práticas de corrupção. Rosário segue no PT e deve acreditar que o partido ainda tenha algo a oferecer ao país. Pode-se discordar dela nesta avaliação ou em qualquer posição política que ela defenda, mas não desrespeitá-la. O nome da deputada Maria do Rosário não está entre os inves-

tigados pela Lava Jato e, em sua já longa trajetória de vida pública, não se soube de algo que pudesse desabonar sua conduta. A história de que direitos humanos defendem bandidos é tão primária e de intenções tão óbvias que não deixa de ser impressionante que pessoas razoavelmente informadas se encarreguem de reproduzi-la.

Fico me perguntando qual teria sido a reação dos manifestantes se outro parlamentar federal tivesse cruzado pela manifestação. Por exemplo, o mais votado deles nas últimas eleições no RS, Luis Carlos Heinze (PP), investigado pela Lava Jato e que declarou que índios, gays e negros são "tudo o que não presta". Será que ele seria considerado "cúmplice" da violência que massacra os povos indígenas, que assassina a juventude negra e que agencia o ódio contra os homossexuais? Por ser suspeito de práticas de corrupção ou por ter votado contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de combate ao trabalho escravo, teria este parlamentar causado algum desconforto aos manifestantes? Ou, pelo contrá-

rio, lhe teriam tratado com urbanidade e mesmo lhe permitido expressar sua solidariedade aos familiares e amigos da médica assassinada?

Quando a diferença autoriza a exclusão e o xingamento ou quando interesses ou opiniões inviabilizam a palavra, estamos fora da política. E o contrário da política é a violência. Os manifestantes que se reuniram para pedir "Paz" não se deram conta de que, ao optarem pela agressão verbal, estavam se somando ao caldo de guerra e incompreensão que vitima a todos. Médicos e médicas são profissionais do cuidado. Se há uma ética a orientar suas atividades, esta só poderá ser oferecida por uma perspectiva que impeça tratar um ser humano como um meio. Os seres humanos reais, concretos, independentemente de suas convicções ou de qualquer outra condicionante, não são objetos das ciências médicas, são o seu fim. É exatamente esta característica que aproxima a Medicina dos Direitos Humanos. Naquele dia, naquela manifestação, este ideal esteve representado por Maria do Rosário.



Repúdio a assassinato de médica em Porto Alegre hostilizou Maria do Rosário: e se fosse Luis Carlos Heinze?